



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1569/2000

Que autoriza o Executivo Municipal a renegociar contratos com mutuários das Casas Populares dos loteamentos que menciona e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a renegociar os contratos efetuados entre a Prefeitura Municipal e os Mutuários com prestações em atraso das casas populares dos loteamentos denominados Vila São Bartolomeu e Vila Dona Lola, autorizados pelas Leis Municipais Nºs 1298/1994 e 1423/1997.

Art. 2º Será observado nas renegociações caso por caso, conforme o número de prestações em atraso, resguardadas as devidas proporcionalidades, de maneira que não ultrapassem o prazo máximo de 50 (cinquenta) meses para quitação plena do refinanciamento.

Parágrafo único. Os valores das prestações renegociadas serão convertidas em UPFs. (Unidade de Padrão Fiscal), não podendo as mesmas ultrapassar o valor de um salário mínimo vigente.

Art. 3º Em caso de atraso no pagamento de prestação, será cobrada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela atrasada, sem prejuízo da atualização monetária pelo índice disposto no Parágrafo Único do Art. 2º desta Lei.

Art. 4º O atraso de mais de 3 (três) meses no pagamento da prestação permitirá a rescisão imediata do contrato de refinanciamento celebrado entre as partes e a retomada do imóvel, assegurando-se ao beneficiado a devolução das prestações pagas, corrigidas nos termos do Parágrafo Único do Art. 2º desta Lei.

Art. 5º O mutuário não poderá transferir, sob qualquer título, o contrato resultante de renegociação de dívida, regulamentado por esta Lei.

Art. 6º Caso haja desistência de mutuário, fica-lhe assegurado o direito de devolução das parcelas pagas, as quais ser-lhe-ão devolvidas em número igual de parcelas recebidas, aplicando-se o disposto no Parágrafo único do Art. 2º desta Lei.

Art. 7º Aplicam-se aos casos omissos nesta Lei o disposto nas Leis Municipais Nºs 1298/1994 e 1423/1997, sendo regulamentados pelo novo Contrato a ser firmado entre o Mutuário e a Administração Municipal.

Art. 8º O Mutuário que, após notificado para renegociação, não comparecer na Administração Pública no prazo máximo de 10 (dez) dias, implicará na perda do direito à renegociação e a retomada do imóvel, conforme prevê as Leis Municipais Nºs 1298/1994 e 1423/1997.

Art. 9º Esta Lei abrangerá somente os Mutuários que menciona, sendo estes os que estão com as prestações em atraso e formalizarão novo Contrato com Administração Municipal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 1 de agosto de 2001.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 21 de setembro de 2001.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal

Margareth Lívio
Sec. Municipal de Planejamento e Finanças